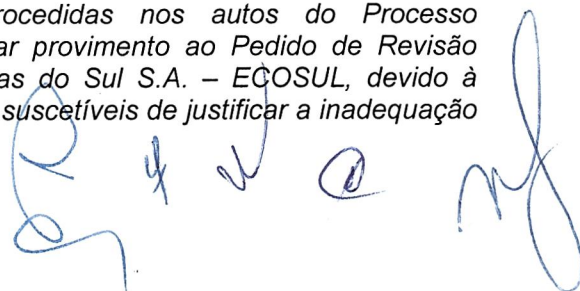


**Ata da 448ª Reunião da Diretoria**

Aos 7 (sete) dias do mês de abril do ano de 2011 (dois mil e onze), às 11h (onze horas), em sua Sede, Sala de Reunião da Diretoria Geral, no Setor Bancário Norte – Quadra 2 Bloco “C” – 12º andar - Ed. Phenícia – Brasília – DF., realizou-se a 448ª (quatrocentésima quadragésima oitava) Reunião da Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, sob a presidência do Diretor-Geral, Bernardo Figueiredo, presentes os Diretores Mario Rodrigues Junior, Ivo Borges de Lima e Jorge Luiz Macedo Bastos, e o Procurador-Geral Manoel Lucivio de Loiola, e, como Secretário, César Dias. Aberta a reunião pelo Diretor-Geral, foram tomadas as seguintes decisões: **1. ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA. Leitura e aprovação da Ata da Reunião Anterior. 2. MATÉRIAS DELIBERATIVAS. 2.1. RELATOR: Diretor: MARIO RODRIGUES JUNIOR. 2.1.1. – EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. – ECOSUL – Pedido de Revisão – Processo nº 50500.054185/2007-94:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DMR-023/2011 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 023/11, de 29 de março de 2011, CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.054185/2007-94, DELIBERA: Art. 1º Negar provimento ao Pedido de Revisão interposto pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – ECOSUL, devido à ausência de fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, devidamente fundamentado nos autos do Processo em epígrafe. Art. 2º Ratificar a aplicação da penalidade de multa, atualizando o valor para R\$ 906,00 (novecentos e seis reais), em conformidade com os itens 13.1.3 e 13.1.4 do Contrato de Concessão 013/00 MT (PJ /CD/215/98) e Resolução nº 3.621/2010. Art. 3º Determinar à Superintendência de Gestão – SUDEG, através de sua Gerência de Finanças e Contabilidade – GEFIN, que proceda com as providências necessárias e ao acompanhamento da cobrança da multa pelo descumprimento contratual. Art. 4º Solicitar à Superintendência de Gestão – SUDEG que informe a Superintendência de Exploração da Infraestrutura – SUINF, após o decurso do prazo regulamentar de 30 dias previsto na Resolução nº 2.689/2008, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União pela Concessionária, quanto à situação de quitação da multa pelo descumprimento contratual. Art. 5º Autorizar a Superintendência de Exploração da Infraestrutura – SUINF, em caso de não quitação da multa pelo descumprimento contratual, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o item 11.2.4 do Contrato de Concessão 013/00 MT (PJ/CD/215/98). Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação”; **2.1.2. - EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. – ECOSUL – Pedido de Revisão – Processo nº 50500.068863/2007-04:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DMR-024/2011 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 024/11, de 28 de março de 2011; CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.068863/2007-04, DELIBERA: Art. 1º Negar provimento ao Pedido de Revisão interposto pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – ECOSUL, devido à ausência de fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação





da sanção aplicada, devidamente fundamentado nos autos do Processo em epígrafe. Art. 2º Ratificar a aplicação da penalidade de multa, atualizando o valor para R\$ 10.645,50 (dez mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos), em conformidade com os itens 13.1.3 e 13.1.4 do Contrato de Concessão 013/00 MT (PJ /CD/215/98) e Resolução nº 3.621/2010. Art. 3º Autorizar a Superintendência de Exploração da Infraestrutura – SUINF, em caso de não quitação da multa pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 dias previsto na Resolução nº 2.689/2008, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o item 11.2.4 do Contrato de Concessão 013/00 MT (PJ/CD/215/98). Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação”;

**2.1.3. – EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. – ECOSUL – Pedido de Revisão - Processo nº 50500.052912/2007-89:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DMR-025/2011 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 025/11, de 30 de março de 2011, CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.052912/2007-89, DELIBERA: Art. 1º Negar provimento ao Pedido de Revisão interposto pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – ECOSUL, devido à ausência de fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, devidamente fundamentado nos autos do Processo em epígrafe. Art. 2º Ratificar a aplicação da penalidade de multa, atualizando o valor para R\$ 453,00 (quatrocentos e cinquenta e três reais), em conformidade com os itens 13.1.3 e 13.1.4 do Contrato de Concessão 013/00 MT (PJ /CD/215/98) e Resolução nº 3.621/2010. Art. 3º Autorizar a Superintendência de Exploração da Infraestrutura – SUINF, em caso de não quitação da multa pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 dias previsto na Resolução nº 2.689/2008, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o item 11.2.4 do Contrato de Concessão 013/00 MT (PJ/CD/215/98). Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação”;

**2.1.4. – EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. – ECOSUL – Pedido de Revisão - Processo nº 50500.068861/2007-15:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DMR-026/2011 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 026/11, de 30 de março de 2011, CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.068861/2007-15, DELIBERA: Art. 1º Negar provimento ao Pedido de Revisão interposto pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – ECOSUL, devido à ausência de fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, devidamente fundamentado nos autos do Processo em epígrafe. Art. 2º Ratificar a aplicação da penalidade de multa, atualizando o valor para R\$ 2.491,50 (dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta centavos), em conformidade com os itens 13.1.3 e 13.1.4 do Contrato de Concessão 013/00 MT (PJ /CD/215/98) e Resolução nº 3.621/2010. Art. 3º Autorizar a Superintendência de Exploração da Infraestrutura – SUINF, em caso de não quitação da multa pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 dias previsto na Resolução nº 2.689/2008, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o item 11.2.4 do Contrato de Concessão 013/00 MT (PJ/CD/215/98). Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação”;



**2.1.5. – PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU – Implantação de rede de drenagem pluvial na faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC – Município de Biguaçu/SC – Processo nº 50520.028639/2011-10:**

a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DMR-031/2011 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR – 031/11, de 7 de abril de 2011 e no que consta do Processo nº 50520.028639/2011-10, DELIBERA: Art. 1º Autorizar a implantação de rede de drenagem pluvial na faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, por meio de 2 (duas) travessias, sendo uma no km 197+840m e outra no km 200+910m, em Biguaçu/SC, de interesse da Prefeitura Municipal de Biguaçu/SC. Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de drenagem pluvial, a Prefeitura Municipal deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia. Art. 3º A Prefeitura Municipal não poderá iniciar a implantação da rede de drenagem pluvial, objeto desta Deliberação, antes de assinar, com a Autopista Litoral Sul S/A., o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária. Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A., deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul – URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes. Art. 5º A Prefeitura Municipal assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de drenagem pluvial, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a rodovia. Art. 6º A Prefeitura Municipal deverá concluir a obra de implantação da rede de drenagem pluvial no prazo de 6 (seis) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso. § 1º Caso a Prefeitura Municipal verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de drenagem pluvial no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Litoral Sul S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária – SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização. § 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Deliberação. Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A., acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de drenagem pluvial. Art. 8º A Prefeitura Municipal deverá apresentar, à URRS e à Autopista Litoral Sul S/A., o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da rodovia. Art. 9º A implantação de rede de drenagem pluvial autorizada não resultará em receita extraordinária para a Concessionária. Art. 10. A autorização concedida por meio desta Deliberação tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT. Parágrafo único. A Prefeitura Municipal abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas. Art. 11. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação”;

**2.1.6. – AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 112/10 – Aprovação da Ata, do Relatório e da Resolução proposta na Audiência Pública que aprova a metodologia de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias federais da 1ª Etapa, da 2ª Etapa – Fase I e do Pólo Pelotas – Processo nº 50500.146800/2010-93:**

a Diretoria, tendo em vista a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DMR-030/2011, aprovou a proposta contida na minuta de Resolução, com alterações, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR – 030/11, de 7 de abril de 2011, no que consta dos Processos nº 50500.010568/2010-56 e 50500.146800/2010-93; CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar metodologia para recomposição do



equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias federais da 1ª Etapa, da 2ª Etapa – Fase I, e do Pólo Pelotas, em decorrência de novos investimentos e serviços; CONSIDERANDO determinação constante do Acórdão 2.154/2007, exarado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, no sentido de que a ANTT verificasse se as atuais concessões de rodovias federais, exploradas pelas concessionárias NovaDutra, CONCERT, CRT, Ponte Rio-Niterói e CONCEPA, estariam em situação de equilíbrio econômico-financeiro, em razão da rentabilidade contratual, traduzida numericamente pela Taxa Interna de Retorno do Investimento - TIR e, em sendo verificado desequilíbrio, que adotasse as providências necessárias a fim de promover o equacionamento dos mencionados contratos, fixando aos mesmos nova rentabilidade; CONSIDERANDO o que dispõe o inciso VII, do art. 24 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que atribui à ANTT competência para proceder à revisão e ao reajuste de tarifas dos serviços prestados; e CONSIDERANDO a realização da Audiência Pública nº 112/2010; RESOLVE: Art. 1º Aprovar metodologia de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias federais da 1ª Etapa, da 2ª Etapa – Fase I, e do Pólo Pelotas, em decorrência da realização de investimentos e serviços não acordados quando da pactuação do contrato. Parágrafo único. Para efeitos do disposto nesta Resolução, os contratos de concessão a que se refere este artigo são os que seguem: I - 1ª Etapa: Concessionária da Rodovia Presidente Dutra – NovaDutra; Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio - CONCERT; Concessionária Rio-Teresópolis S. A. – CRT; Concessionária da Ponte Rio-Niterói S. A. - PONTE e Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre – CONCEPA; II - 2ª Etapa – Fase I: Autopista Litoral Sul S.A.; Autopista Planalto Sul S.A.; Autopista Régis Bittencourt S.A.; Autopista Fernão Dias S.A.; Autopista Fluminense S.A.; Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S/A e Rodovia do Aço S/A; e III - Pólo Rodoviário de Pelotas: ECOSUL. Art. 2º A metodologia de que trata esta Resolução consiste na recomposição do equilíbrio contratual, na hipótese de inclusão, após a publicação desta resolução, de investimentos ou serviços não previstos na proposta inicial, por meio da adoção de um Fluxo de Caixa Marginal, projetado em razão do evento que ensejar a recomposição, considerando: I - os fluxos dos dispêndios marginais resultantes do evento que deu origem à recomposição; e II - os fluxos das receitas marginais resultantes da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Art. 3º Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, serão utilizados critérios de mercado para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas resultantes do evento que deu causa ao reequilíbrio. § 1º. O valor dos investimentos deverá ser proposto pela concessionária, mediante apresentação de três propostas de orçamento, elaboradas, para cada item arrolado, com utilização do valor constante do Sistema de Custos Rodoviários – SICRO, sob gestão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. § 2º Caso o serviço proposto não exista no SICRO, a concessionária deverá propor uma composição baseada no SICRO; os custos de insumos e mão-de-obra deverão ser aqueles previstos neste sistema. Caso não seja possível a proposição desta composição, pode-se utilizar também, tabelas de preços ou sistemas dos órgãos estaduais ou municipais. O valor final será sempre apurado após a elaboração do Projeto Executivo. Art. 4º Para fins de determinação dos fluxos das receitas marginais, em que seja necessário adotar uma projeção de tráfego, será utilizado, em etapas distintas, o procedimento a seguir: I - no momento da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, o cálculo inicial a ser utilizado, para fins de dimensionamento da referida recomposição, considerará o tráfego real verificado nos anos anteriores e adotará as melhores práticas para elaboração da projeção de tráfego até o encerramento do prazo da concessão; e II - anualmente, por ocasião da revisão ordinária, o cálculo referido no inciso I deste artigo será revisado com vistas a substituir o tráfego projetado pelo volume real de tráfego verificado no ano anterior. Art. 5º Para cada processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em que tenha sido adotada uma projeção de tráfego, a ANTT realizará, quando da revisão ordinária, a revisão dos respectivos fluxos das receitas marginais de que trata o inciso II, do art. 2º, com vistas a ajustar os dados da projeção de tráfego aos dados reais apurados durante a vigência do contrato de concessão. § 1º A revisão a que se refere o caput deste artigo poderá, adicionalmente, de comum acordo entre



as partes, considerar outras informações apuradas durante a vigência do contrato de concessão, para fins de substituir variáveis estimadas na elaboração do Fluxo de Caixa Marginal. § 2º Os meios de recomposição a serem adotados pela ANTT, para efeito desta Resolução, serão os descritos no art. 10. desta Resolução, devendo ser mantida a mesma taxa de desconto originalmente utilizada no Fluxo de Caixa Marginal projetado em razão da recomposição. Art. 6º Ao final do prazo da concessão, caso a última revisão do Fluxo de Caixa Marginal, elaborada nas condições estabelecidas no artigo 5º, revele resultado favorável à concessionária, a ANTT poderá imputar a esta encargos adicionais, de forma que os respectivos dispêndios anulem o valor presente líquido do Fluxo de Caixa Marginal, ou, alternativamente, reter valores pagos pela concessionária, a exemplo da Garantia de Execução do Contrato, até que esses valores anulem o valor presente líquido do Fluxo de Caixa Marginal. Art. 7º Ao final do prazo da concessão, caso a última revisão do Fluxo de Caixa Marginal, elaborada nas condições estabelecidas no artigo 5º, revele resultado desfavorável à Concessionária, a ANTT deverá proceder à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato para proporcionar receitas adicionais à concessionária, de forma a anular o valor presente líquido do Fluxo de Caixa Marginal. Art. 8º A taxa de desconto a ser utilizada nos fluxos dos dispêndios e das receitas marginais para efeito de equilíbrio terá como base Custo Médio Ponderado de Capital – WACC (Weighted Average Cost of Capital), a seguir reproduzida:

$$WACC = \frac{E}{(E + D)} R_E + \frac{D}{(E + D)} R_D (1 - T)$$

onde:

E - capital próprio;

D - capital de terceiros;

T - impostos sobre a Renda;

RE - custo de capital próprio;

RD - custo de capital de terceiros.

Parágrafo único. A metodologia de cálculo das variáveis da fórmula de que trata este artigo será proposta pela área técnica competente e validada mediante o processo de audiência pública. Art. 9º O processo de recomposição será sempre realizado de forma que seja nulo o valor presente líquido do Fluxo de Caixa Marginal projetado em razão do evento que ensejou a recomposição, devendo ser mantida a mesma taxa de desconto originalmente utilizada no Fluxo de Caixa Marginal. Art. 10. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos a que se refere esta Resolução poderá se dar por intermédio da utilização dos seguintes meios: I - aumento ou redução do valor da Tarifa Básica de Pedágio; II - prorrogação do contrato de concessão; III - pagamento à concessionária, pelo Poder Concedente, de valor correspondente aos investimentos, custos ou despesas adicionais com os quais tenham concorrido ou de o valor equivalente à perda de receita efetivamente advinda, levando-se em consideração os efeitos calculados dentro do próprio Fluxo de Caixa Marginal; IV - modificação de obrigações contratuais da concessionária previstas no próprio Fluxo de Caixa Marginal; ou V - estabelecimento ou remoção de cabines de bloqueio, bem como alteração da localização de praças de pedágio. § 1º Os atos administrativos pertinentes à prorrogação do contrato de concessão deverão ser motivados pela ANTT, inclusive quanto ao prazo fixado, observada a legislação que rege a matéria. § 2º O instrumento contratual de prorrogação deverá explicitar o respectivo prazo, as obras ou serviços a serem executados, os valores estimados e a Tarifa Básica de Pedágio a ser cobrada. § 3º Quinquenalmente, no caso de novos investimentos, a metodologia de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias federais tratada nesta Resolução, poderá ser revista pela ANTT, a qual submeterá à Audiência Pública ou Consulta Pública a forma de promoção do reequilíbrio contratual, sem prejuízo aos Fluxos de Caixa Marginais até então negociados com base nesta Resolução. Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação” e de minuta de Deliberação a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR – 030/11, de 7 de abril de



2011, e no que consta dos Processos nº 50500.146800/2010-93, DELIBERA: Art. 1º Aprovar a Ata e o Relatório da Audiência Pública nº 112/2010, bem como a Resolução resultante, que aprova a metodologia de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias federais da 1ª Etapa, da 2ª Etapa-Fase I e do Pólo Pelotas, em decorrência de novos investimentos e serviços. Art. 2º Determinar, conforme art. 9º § 3º e art. 10 § 2º, da Resolução ANTT nº 3.026, de 10 de fevereiro de 2009, a divulgação da Ata e do Relatório no endereço eletrônico da ANTT". **2.2. Relator: Diretor: IVO BORGES DE LIMA. 2.2.1. – PREGÃO ELETRÔNICO - Manutenção preventiva e corretiva dos veículos da Unidade Regional da ANTT no Rio de Janeiro - URRJ/ANTT - Processo nº 50505.002070/2011-51:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DIB-028/2011 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: "A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB - 028/11, de 4 de abril de 2011 e no que consta do Processo nº 50505.002070/2011-51, DELIBERA: Art. 1º Autorizar a realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, visando à contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de reposição e acessórios, e serviço eventual de reboque, para 26 (vinte e seis) veículos da Unidade Regional da ANTT no Rio de Janeiro - URRJ/ANTT, conforme especificações descritas na versão definitiva do Termo de Referência. O valor global estimado da despesa perfaz o montante de R\$ 216.672,00 (duzentos e dezesseis mil, seiscentos e setenta e dois reais)"; **2.2.2. – EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. – ECOSUL – Pedido de Revisão – Processo nº 50500.094838/2007-78:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DIB-029/2011 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: "A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB - 029/11, de 4 de abril de 2011, e CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24º, VIII, 26º, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.094838/2007-78, DELIBERA: Art. 1º Acolher o Pedido de Revisão interposto pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – ECOSUL, devido à apresentação de fatos novos suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, devidamente fundamentado nos autos do Processo em epígrafe. Art. 2º Determinar o arquivamento do processo, conforme manifestações das áreas técnica e jurídica. Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação"; **2.2.3. - VIAÇÃO NOVA INTEGRAÇÃO – Processo Administrativo nº 50520.001743/2008-61:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DIB-030/2011 e aprovou proposta de Resolução, a seguir transcrita: "A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB - 030 /11, de 4 de abril de 2011, e no que consta do Processo nº 50520.001743/2008-61, RESOLVE: Art. 1º Aplicar à empresa Viação Nova Integração Ltda. CNPJ nº 80.544.885/0001-29, a Penalidade de Declaração de Inidoneidade pelo prazo de 3 (três) anos, na conformidade do artigo 86, incisos II e V, do Decreto nº 2.521, de 1998, e c/c artigo 78 – A, inciso IV, da Lei nº 10.233, de 2001. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação." **2.2.4. – EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. – ECOSUL – Pedido de Revisão - Processo nº 50500.052907/2007-76:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DIB-030/2011 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: "A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB - 031/11, de 4 de abril de 2011, CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.052907/2007-76, DELIBERA: Art. 1º Negar provimento ao Pedido de Revisão interposto pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – ECOSUL, devido à ausência de fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, devidamente fundamentado nos autos do Processo em

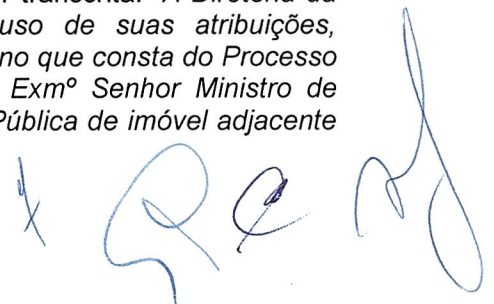


epígrafe. Art. 2º Ratificar a aplicação da penalidade de multa, atualizando o valor para R\$ 226,50 (duzentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos), em conformidade com os itens 13.1.3 e 13.1.4 do Contrato de Concessão 013/00 MT (PJ /CD/215/98) e Resolução nº 3.621/2010. Art. 3º Autorizar a Superintendência de Exploração da Infraestrutura – SUINF, em caso de não quitação da multa pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 dias previsto na Resolução nº 2.689/2008, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o item 11.2.4 do Contrato de Concessão 013/00 MT (PJ/CD/215/98). Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação”;

**2.2.5. – CIA. SÃO GERALDO DE VIAÇÃO - Pedido de reconsideração da decisão interposta pela Resolução ANTT nº 3.627/09 - Processo nº 50505.000341/2006-76:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DIB-032/2011 e aprovou proposta de Resolução, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB - 032/11, de 4 de abril de 2011 e no que consta do Processo nº 50505.000341/2006-76, RESOLVE: Art. 1º Conhecer do pedido de reconsideração interposto pela Cia. São Geraldo de Viação e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Resolução ANTT nº 3.267, de 16 de setembro de 2009. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação”;

**2.2.6. – EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. – ECOSUL – Pedido de Revisão - Processo nº 50520.002310/2007-42:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DIB-033/2011 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB - 033/11, de 4 de abril de 2011; CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50520.002310/2007-42, DELIBERA: Art. 1º Negar provimento ao Pedido de Revisão interposto pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – ECOSUL, devido à ausência de fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, devidamente fundamentado nos autos do Processo em epígrafe. Art. 2º Ratificar a aplicação da penalidade de multa, atualizando o valor para R\$ 4.303,50 (quatro mil trezentos e três reais e cinquenta centavos), em conformidade com os itens 13.1.3 e 13.1.4 do Contrato de Concessão 013/00 MT (PJ /CD/215/98) e Resolução nº 3.621/2010. Art. 3º Determinar à Superintendência de Gestão – SUDEG, através de sua Gerência de Finanças e Contabilidade – GEFIN, que proceda com as providências necessárias e ao acompanhamento da cobrança da multa pelo descumprimento contratual. Art. 4º Solicitar à Superintendência de Gestão – SUDEG que informe a Superintendência de Exploração da Infraestrutura – SUINF, após o decurso do prazo regulamentar de 30 dias previsto na Resolução nº 2.689/2008, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União pela Concessionária, quanto à situação de quitação da multa pelo descumprimento contratual. Art. 5º Autorizar a Superintendência de Exploração da Infraestrutura – SUINF, em caso de não quitação da multa pelo descumprimento contratual, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o item 11.2.4 do Contrato de Concessão 013/00 MT (PJ/CD/215/98). Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação”.

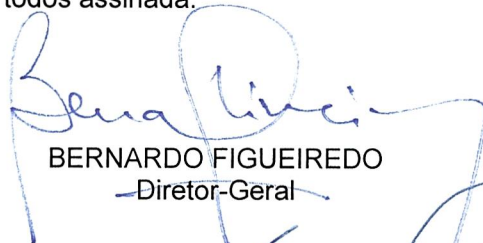
**2.3. Relator: Diretor JORGE LUIZ MACEDO BASTOS. 2.3.1. – VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A - Declaração de Utilidade Pública de imóvel adjacente à Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA - Município de Irajuba/BA – Processo nº 50500.142514/2010-59:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DJB-025/2011 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DJB - 025/11, de 31 de março de 2011 e no que consta do Processo nº 50500.142514/2010-59, DELIBERA: Art. 1º Encaminhar ao Exmº Senhor Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública de imóvel adjacente



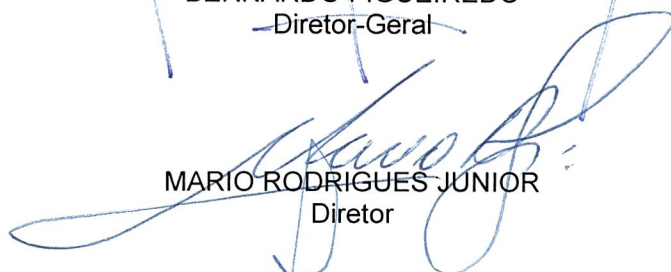


à Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, abrangido e delimitado pelas coordenadas topográficas descritas na planta e no memorial descritivo constantes do referido processo, situado no município de Irajuba, no estado da Bahia, necessário à execução das obras de implantação da Base Operacional BSO 07. Art. 2º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária – SUINF que dê ciência à ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A., da presente Deliberação. Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação”. **2.4. Relator: Diretor-Geral, BERNARDO FIGUEIREDO.**

**2.4.1. – 2.4.1 VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. – Acordo de Cooperação Técnica com o estado do Mato Grosso – Processo nº 50500.010584/2011-20:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DG-014/2011 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG – 014/11, de 7 de abril de 2011 e no que consta do Processo nº 50500.010584/2011-20, DELIBERA: Art. 1º Aprovar a formalização do Acordo de Cooperação Técnica, entre esta Agência e o Estado do Mato Grosso, com a intervenção do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, DNIT, e da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Parágrafo único. O referido Acordo de Cooperação Técnica tem como objeto a realização de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Sócio-Ambiental e de Modelo de concessão de ferrovia no estado do Mato Grosso”. **ASSUNTOS GERAIS. I - Memorando nº 054/2011/SUDEG – Procedimentos licitatórios em andamento com valor estimado de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). II - Memorando nº 065/2011/SUDEG – Procedimentos licitatórios em andamento com valor estimado de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Diretor-Geral deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, César Dias, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada.



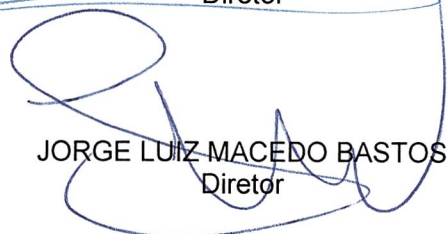
BERNARDO FIGUEIREDO  
Diretor-Geral



MARIO RODRIGUES JUNIOR  
Diretor



IVO BORGES DE LIMA  
Diretor



JORGE LUIZ MACEDO BASTOS  
Diretor



CÉSAR DIAS  
Secretário